

Melhorias em seis meses. É a esperança da Fiesp.

— Agora parece que o pacote está consistente e devemos esperar resultados favoráveis para a economia brasileira.

Essa é a opinião do presidente da Fiesp, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, para quem o pacote divulgado anteontem foi o último a ser baixado pelo governo, pois completou e fez adaptações nas medidas adotadas há 15 dias.

Ele lembrou que, antes de seis meses, não vê nenhuma possibilidade de recuperação industrial. Contudo, disse acreditar que, com as últimas medidas, a inflação deve cair, em função da diminuição dos déficits públicos, da redução de subsídios e das despesas das estatais.

Vidigal acrescentou, ainda, que, no último pacote, o governo foi coerente, porque na área do funcionalismo público respeitou os direitos adquiridos e, nas estatais, cortará todos os abusos. As alterações na correção monetária, que não mais acompanhará os reajustes cambiais, foram positivas, em sua opinião. "E ainda há garantia de que o câmbio não será superior à inflação, afastando qualquer possibilidade de uma nova máximas valorização do cruzeiro", acrescentou.

Apesar de ter aprovado o pacote do governo, Vidigal tinha algumas críticas a fazer às alterações introduzidas pelo CIP no controle de preços. Segundo ele, a medida tem de ser temporária, porque a maioria das indústrias não agüenta mais do que 120 dias, enquanto outros setores, nem esse prazo. Para o presidente da Fiesp, a continuidade de casos excepcionais foi sensata, porque muitos setores, como os que trabalham com matéria-prima derivada de petróleo, terão necessidade maior do que o que foi aprovado e, portanto, irão discutir caso a caso com o CIP. "De qualquer forma, o percentual aprovado não pode vigorar indefinidamente, porque será um sacrifício insuportável ao setor industrial", disse.

Na opinião do presidente emérito da Fiesp, Theobaldo de Nigris, "a nova portaria do Conselho Interministerial de Preços deverá causar enorme confusão junto aos setores produtivos, e, como consequência, injustiças, pois pretende impor um controle de preços absurdamente abrangente num país como o Brasil, em que os mecanismos de fiscalização, a esse nível, jamais existiram".

De Nigris defende "a importância de uma política de controle de preços, que seja capaz, entretanto, de conciliar o combate à inflação com a manutenção dos níveis de produção e de empregos, principalmente das pequenas e médias empresas — as mais atingidas".

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (Abinee), Firmino Rocha Freitas, entende que "a portaria do CIP traz uma nova sobrecarga para a iniciativa privada do País" e "o controle total dos preços no País é impossível, daí a irracionalidade das exigências feitas pela nova portaria do CIP".

— A médio e longo prazos, se forem mantidos os termos e exigências da portaria, das duas uma: ou simplesmente as empresas entram em colapso ou a portaria será burlada — concluiu Firmino de Freitas.